

JUSTIÇA CIDADANIA &

O país quer
mudanças feitas!

Min. Mauricio Corrêa

A MAGISTRATURA NÃO ESTARÁ DESAMPARADA

Editorial: Pingo nos i...i...i !

A URGÊNCIA DA REFORMA TRABALHISTA

Dep. Leonardo Picciani

O Brasil vive um momento preocupante devido as possibilidades do aumento do desemprego. Um país que já mantém milhões de jovens sem alternativas de emprego não pode continuar vivendo com novos e sucessivos aumentos de contingente nesse exército de desocupados.

Pesquisas recentes, como a conduzida pela professora Danielle Carusi Machado, da Pontifícia Universidade Católica do Rio, retratam os jovens como fonte vital de renda para a manutenção de suas famílias. Cerca de 15% desses jovens são chefes de família e é possível tomar o Rio de Janeiro como exemplo, pois, em linhas gerais, o quadro de desemprego na população jovem não é diferente do restante do país.

Nas favelas da conflagrada cidade do Rio, quatro em cada dez habitantes com idade entre 15 e 24 anos lutam pela sobrevivência na informalidade econômica. Do total de jovens ocupados, 77% abandonaram a escola, aparentemente para não comprometer a renda da família. Entre aqueles que não estão ocupados e nem procurando ocupação, 48% também não freqüentam a escola, estão em condições ideais para recrutamento pelo narcotráfico.

Sem mudanças estruturais nesse quadro, não há esperança de paz em cidades como o Rio de Janeiro. Para mudá-lo, a alternativa pode estar naquela que é a menos debatida, e com certeza a mais importante, das reformas – a da legislação trabalhista. Pesquisa recente realizada pelo jornal Folha de São Paulo revelou que a maior preocupação da população brasileira é com o desemprego, o que mostra a urgência da Reforma Trabalhista.

Um passo inicial para estas mudanças é o pacote sobre o primeiro emprego que o governo anunciou no dia 1º de maio. O



país tem a obrigação de manter um programa de primeiro emprego, com privilégios fiscais às empresas cujas portas sejam abertas a jovens estagiários. Mas esta não pode ser a única ação. A reforma da legislação trabalhista, com plena garantia da preservação de direitos dos trabalhadores, é essencial para o resgate das perspectivas de desenvolvimento da sociedade brasileira.

O debate sobre as mudanças na legislação avançou no Congresso durante o ano passado e estagnou porque os parlamentares aguardam a proposta governamental prevista para ser enviada no segundo semestre. É natural que o governo pretenda dar prioridade às

reformas da Previdência e Tributária, mas talvez, seja recomendável um reexame político quanto à prioridade da reforma trabalhista.

A razão da urgência é singular: sem desfazer as amarras do mercado de trabalho – ou seja, sem liberar empresas e empregados de uma série de gravames na folha de pagamentos e nos salários –, não haverá expansão da economia. Em última análise, não haverá aumento de arrecadação na Previdência, nos cofres federais, estaduais ou municipais.

Deputado Federal pelo Estado do Rio de Janeiro